

Agroecologia: além de uma Ciência, um modo de vida e uma política pública

Tatiana Aparecida Balem¹

Paulo Roberto Silveira²

As chamadas tecnologias modernas para a agricultura, hoje tem mostrado os seus limites, seja na questão da contaminação do meio-ambiente, no empobrecimento rural, seja pelas pequenas margens de lucro do produto agrícola. As políticas públicas carecem de soluções para esses problemas, e até então tem servido para afirmar ainda mais o modelo agroexportador e intensivo em químicos, mesmo este provando ser insustentável e estar mostrando o seu declínio.

Entendendo como Desenvolvimento Rural a transformação do espaço social, físico e político, para assim chegar na transformação e emancipação do homem, a Secretaria de Município de Desenvolvimento Rural de Santa Maria, tem como objetivo central, a construção de modelos alternativos para a Agricultura Familiar, através de ações e programas integrados, como o programa de Agroecologia, que se inter-relaciona com outros programas de crédito e comercialização.

Por um entendimento de atuação do meio rural e por buscar um dos principais objetivos da SMDR: a organização, que levará os agricultores à sua emancipação, estamos constituindo grupos de agricultores interessados em trabalhar a Agroecologia. Destes grupos, muitos são resultado do Planejamento Estratégico Participativo - PEP³ - e na maioria, os próprios agricultores demonstraram o interesse em trabalhar a Agroecologia, o que está dentro das principais necessidades sentidas no PEP: comercialização, organização, alternativas de produção, assistência técnica e no geral, incentivo à agricultura.

O trabalho de Agroecologia visa reconstituir os agroecossistemas, que encontram-se totalmente degradados; melhorar a renda do agricultor, através da diminuição de custos e da constituição espaços diferenciados de comercialização direta; trabalhar com a conscientização a respeito da problemática ambiental e de saúde, causados pelo uso de agroquímicos; e principalmente resgatar um modo de vida: um fazer agricultura, onde o agricultor é parte integrante e fonte de saber.

¹ Eng.Agrônoma, Mestranda em Extensão Rural na UFSM e Assessora Técnica da Secretaria de Desenvolvimento Rural de Santa Maria-RS.

² Mestre em Extensão Rural, Prof. do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural-UFSM e Secretário de Desenvolvimento Rural de Santa Maria.

³ O Planejamento Estratégico Participativo, como o próprio nome diz, é um trabalho de formação conscientização e construção das políticas públicas, desenvolvido nas comunidades rurais. A partir dele baliza-se a ação da SMDR e de outras secretarias de município.

Neste trabalho, buscamos refletir sobre o desafio da extensão rural para desenvolver ações de transformação ecológica dos sistemas de produção agrícola, as quais necessitam da transformação dos agricultores, num repensar das práticas adotadas, introjetadas pelo modelo difusionista. Busca-se contribuir com o debate sobre a sustentabilidade da agricultura familiar. Utiliza-se da estratégia de investigação-ação, pois trata-se de avaliar uma experiência de construção coletiva, onde os agentes se desafiam pela problematização da realidade e buscam os conhecimentos necessários para sua superação.

O trabalho com os grupos de agricultores se dá horizontalmente, ou seja, obedecendo os princípios de Paulo Freire, onde se busca a construção coletiva das ações. Através de trabalhos de formação coletiva e de espaços práticos, busca-se o resgate dos conhecimentos dos agricultores e a integração com os conhecimentos dos técnicos, o que demonstra que é possível trabalharmos o conhecimento científico junto com o conhecimento empírico e destes dois resultar em um terceiro conhecimento, um patamar de superação.

Os resultados do Planejamento Estratégico Participativo e o trabalho, ainda incipiente, a partir dos ensinamentos da Agroecologia, mostram que os agricultores, ao contrário do que a extensão rural tradicional preconiza, não são resistentes a mudanças, porém, quando estas são construídas com eles e por eles. Outra percepção é que os agricultores tem tendência a serem experimentadores, o que facilita o trabalho de Agroecologia. O trabalho educativo e emancipatório é um dos principais potencializadores do desenvolvimento da Agroecologia.

A construção de um Programa Municipal de Agroecologia que garanta cinco eixos de alcance da Política Pública (formação, assistência técnica, comercialização, crédito e organização), encontra seus limites principalmente em infra-estrutura e na formação dos profissionais das Ciências Agrárias. Os Agrônomos(as) e Técnicos Agrícolas, por terem tido uma formação meramente receituária, não sentem-se como educadores e não visualizam-se em uma estratégia de ação dialética, por isso, nossa atuação também é de formação dos profissionais envolvidos, o que torna o processo ainda mais rico.

Endereço: Secretaria de Desenvolvimento Rural, Rua Serafin Valandro, 1520, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Cep- 97700-000.
cleomt@ig.com.br.

Sessão: Fortalecimento da agricultura familiar